

O diálogo entre o Estado e o emigrante. A experiência brasileira. *Dialogue between the State and the emigrant. The Brazilian experience*

Renan Paes Barreto*

Resumo Este artigo revela a perspectiva de um país, como o Brasil, que só nos últimos 20/30 anos passou a lidar com a questão da emigração. Descreve algumas virtudes e problemas daí decorrentes, bem como a *evolução comportamental* das autoridades e da comunidade, ressaltando as medidas tomadas nos últimos anos (Governo Lula).

Palavras-chave diálogo, Estado, emigrante, Brasil

Abstract This piece reveals the vision of a country as Brazil, that only in the last 20/30 years began to deal with the emigration issue. It describes some virtues and problems that are consequences of emigration, such as the evolution of the behavior of the Brazilian authorities and community, illustrating the measures adopted during the last years (Lula's Government).

Keywords dialogue, State, emigrant, Brazil

Resumen Este artículo revela la perspectiva de un país como Brasil que sólo en los últimos 20/20 años comenzó a lidiar con la cuestión de la emigración. Describe algunas de las virtudes y problemas que se derivan de ello, así como la evolución del comportamiento de las autoridades y de la comunidad brasilera, resaltando las medidas tomadas en los últimos años de gobierno (Gobierno de Lula).

Palabras claves diálogo, Estado, emigrante, Brasil

* Cônsul-Geral do Brasil em Lisboa / Consul of Brazil in Lisbon.

O diálogo entre o Estado e o emigrante. A experiência brasileira.

Renan Paes Barreto

O Brasil, que durante mais de 400 anos tinha sido um país de imigração, começou a reverter essa tendência nos anos 80 do século XX, quando uma conjugação de factores (o segundo choque de preços de petróleo, a crise da dívida de 1982, planos económicos fracassados, inflação galopante) levou a economia nacional a uma prolongada recessão económica que reduziu a oferta de emprego e estimulou muitos jovens a procurarem oportunidades de trabalho em economias que lhes pudessem oferecer melhores condições de vida.

Após 100 anos de crescimento acelerado, o país entrou então num processo que os economistas denominaram de “estagflacion” (estagnação+inflação) e muitos analistas chamaram a “Década Perdida”. Com isso, e tendo havido uma reversão das expectativas da juventude brasileira quanto às suas possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho nacional, iniciaram-se movimentos emigratórios dirigidos não apenas a alguns países vizinhos, especialmente o Paraguai, mas também aos países desenvolvidos, como os EUA, a União Europeia e o Japão.

Desde então a “Diáspora Brasileira” cresceu de tal maneira que, no ano passado, antes da crise, estimava-se que esse contingente oscilasse entre 3 e 4 milhões de pessoas. Entre os elementos positivos desse processo, poderíamos mencionar um vertiginoso crescimento das remessas (teriam ultrapassado os US\$ 7 bilhões em 2008), a abertura de novas oportunidades de emprego e negócios e a criação de redes sociais organizadas pelo mundo fora. Consequentemente, começaram a editar-se jornais e revistas destinados à comunidade, inauguraram-se estações de rádio e televisão comunitárias para os brasileiros e, em algumas situações, a colónia brasileira passou até a usufruir de um certo poder na política local.

A propósito, recordo-me quando, em Nova Iorque, Rudolph Giuliani, Presidente da Câmara Municipal denominou um troço da Rua 46, em Manhattan, de “Little Brazil”, originando inclusive uma certa “ciumeira” noutras comunidades, mais antigas e mais numerosas (porto-riquenhos, dominicanos, haitianos, paquistaneses) que não tinham tido esse privilégio. O facto, ocorrido em 1996, deveu-se à iniciativa de empresários nacionais que se instalaram no local e subsidiaram a campanha de um candidato a vereador (e este acabou por ser eleito com o voto dos brasileiros). Outro exemplo ilustrativo de emigrantes bem sucedidos encontra-se na cidade de Newark, Nova Jersey, onde uma comunidade brasileira de cerca de 50 mil pessoas se juntou à colónia portuguesa e, no prolongamento da “Portugal Avenue”, abriu restaurantes, padarias, lavandarias, armazéns, cursos de informática (que ostentam *nomes familiares* para nós, como Copacabana, Governador Valadares, Serra da Mantiqueira). O prestígio dos “brazucas” cresceu tanto que, no dia 07 de Setembro, o próprio Presidente da Câmara de Newark passou a comparecer às festividades que celebram a independência do Brasil.

Cabe mencionar também o vigor das igrejas evangélicas dirigidas por brasileiros particularmente a Igreja Universal do Reino de Deus, bem como os negócios decorrentes do “showbusiness” que envolvem espectáculos de música popular brasileira (com a presença ou não de artistas provenientes do Brasil), discotecas, *churrascarias* e até clubes. Vale ainda recordar que a internacionalização de poderosas empresas de comunicação, como a Rede Globo (já conhecida mundialmente por exportar as suas novelas) e a Rede Record de Televisão não apenas estimularam novos negócios, mas constituíram também um importante factor para estimular a preservação da identidade cultural dos brasileiros que residem no exterior.

Visto por um outro ângulo, que seria o reverso da medalha, multiplicaram-se os problemas de toda a ordem envolvendo os brasileiros. Assim, nos locais de maior concentração, muitos começaram a queixar-se de discriminação e alguns de estigmas que começaram a ser criados envolvendo a imagem dos brasileiros, homens e mulheres. Por outro lado, cabe reconhecer as dificuldades que a rede consular encontrou inicialmente para dar resposta ao repentino crescimento no seu volume de trabalho. Não é difícil compreender os obstáculos que as repartições brasileiras no exterior, mantendo o mesmo espaço e o mesmo número de funcionários, tenham tido que superar no sentido de “dar conta do recado”.

Para enfrentar essas carências, desde a segunda metade dos anos 90, começaram a adoptar-se novas medidas. A partir de 1996, por exemplo, os Consulados em Nova Iorque, Miami e Boston passaram a organizar, em bases regulares, “consulados itinerantes” nas suas respectivas jurisdições. A ideia de que o Estado pudesse ir ao encontro do cidadão, não para reprimi-lo, mas para ajudá-lo nas suas necessidades mais básicas, representou um enorme avanço numa sociedade como a nossa, que, em muitos aspectos, ainda se encontra num processo de democratização.

No Governo de Lula merece registo a decisão de fortalecer e ampliar, não apenas o escopo dos “itinerantes”, mas o próprio diálogo Estado-Sociedade. Nesse sentido, foram tomadas iniciativas inovadoras com vista a que, em todas as latitudes, os brasileiros pudessem sentir a presença protectora do Estado. A título de exemplo, gostaria de mencionar o deslocamento de “consulados itinerantes” para regiões de selva, tal como ocorreu recentemente no Suriname e na Guiana Francesa.

No primeiro caso, as missões percorreram as localidades de Benzdorp, de Vila Brasil, de Niew Nickerie e de Albina. Nesse contexto, foram incluídas desde comunidades sem arruamentos, sem rede de água e electricidade, que funcionam como entreposto para as actividades desenvolvidas pelo *garimpo*, até pequenas cidades, como as duas últimas, com significativo fluxo de brasileiros. Na Guiana Francesa, por sua vez, os consulados itinerantes percorreram as comunidades de St. Georges de l’Oyapock, St. Laurent du Maroni e Degrad de Saramarca. Em todos os casos, a autoridade consular brasileira deslocou-se das respectivas capitais e foi, percorrendo o mato, para localizar os brasileiros dispersos naquela enorme floresta, a fim de lhes restituir a cidadania perdida.

Por outro lado em Portugal, pela primeira vez em 150 anos de existência, o Consulado-Geral em Lisboa organizou este ano uma missão pioneira fora da sua sede. Embora o ambiente não tivesse sido *exótico*, a presença do Estado não deixou de ser, por isso, menos necessária. Tendo em vista a imensa comunidade de brasileiros que hoje vive em território português, e considerando as dificuldades que encontram para se deslocarem para longe dos seus locais de residência e de trabalho, a necessidade tinha sido identificada já há algum tempo.

Assim, em Maio, um “consulado itinerante” foi colocado na povoação de Encarnação, nos arredores de Ericeira, Mafra e Torres Vedras. É uma região que concentra muitos brasileiros. A participação superou as expectativas, tendo em conta as mais de 340 pessoas que consultaram os serviços consulares. Famílias inteiras, vindas a pé, de bicicleta, de carro ou de camioneta, aglomeraram-se, desde as primeiras horas da manhã, à entrada da Biblioteca Municipal, aguardando o início dos trabalhos.

É difícil descrever a emoção que se tem quando se pode observar a alegria das pessoas quando, longe da pátria, e muitas vezes com empregos precários e a viver as dificuldades que costumam acompanhar os emigrantes, recuperam a sua cidadania num único instante. São crianças que passam a ser brasileiras, documentos que adquirem validade, situações de facto que se tornam de direito, porque se regularizam; expectativas de direito que se tornam de facto, uma vez que se concretizam.

A divulgação deu-se através das revistas e jornais da comunidade brasileira, bem como de repetidas mensagens transmitidas na programação local das rádios comunitárias, bem como das Redes Record e Globo de Televisão. A cobertura da imprensa local e a reacção do público foram enormemente positivas. Iniciativas como estas serão repetidas, assim que for possível, para outras regiões do país.

Paralelamente, como resposta aos novos desafios, o *Itamaraty* (Ministério das Relações Exteriores) resolveu criar a Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB). Essa decisão, de carácter político-administrativo, reflectiu a importância que o Governo passou a atribuir à interlocução com os seus compatriotas expatriados, bem como ao diálogo com as demais autoridades brasileiras, quer no âmbito do Poder Executivo, quer no do *Congresso Nacional*. Graças a essa decisão, e ao trabalho que essa Subsecretaria tem vindo a realizar desde 2007, aumentou sensivelmente o volume de recursos dirigido à assistência aos brasileiros.

Além disso, medidas como: (1) a realização da I e II Conferências “Brasileiros no Mundo”, ao convocarem líderes da nossa diáspora para um diálogo franco sobre as suas necessidades; (2) a criação do “Portal da Comunidade”, canal permanente de comunicação entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e os brasileiros residentes no exterior; e (3) a eleição de representantes que possam contribuir para a solução dos problemas das suas respectivas comunidades, processo que já foi iniciado e que culminará em Abril de 2010, quando forem eleitos os representantes permanentes de cada uma delas (a interlocução tem sido feita com representantes provisórios), foram iniciativas de grande alcance.

Também é digno de nota mencionar que, nos últimos dois anos, foram criados novos Consulados em diversos países do mundo (no interior do Japão e dos EUA), alugadas novas e maiores sedes para as repartições consulares já existentes (em Londres, Barcelona e Roma, por exemplo) e ampliado o espaço do Consulado-Geral em Lisboa (que agora passou a ter um espaço adicional do segundo andar). Em todos os casos, verificou-se um melhor atendimento da comunidade brasileira.

Por fim, e fazendo uma projecção para o futuro, há uma iniciativa de lei, já aprovada pelo *Senado Federal*, que prevê a criação do chamado “Estado do Emigrante”, o qual permitirá aos milhões de brasileiros que hoje residem no exterior serem elegidos e elegerem, nas suas respectivas comunidades, representantes que os defendam no *Congresso Nacional*. O projecto encontra-se actualmente para votação na *Câmara de Deputados*.

No dia em que isso ocorrer, teremos dado mais um passo decisivo para garantir os direitos políticos e sociais daqueles que, ao terem saído do seu país em busca de novas oportunidades de vida, desejam continuar a exercer a sua cidadania, independentemente de terem adquirido, ou não, uma outra nacionalidade.